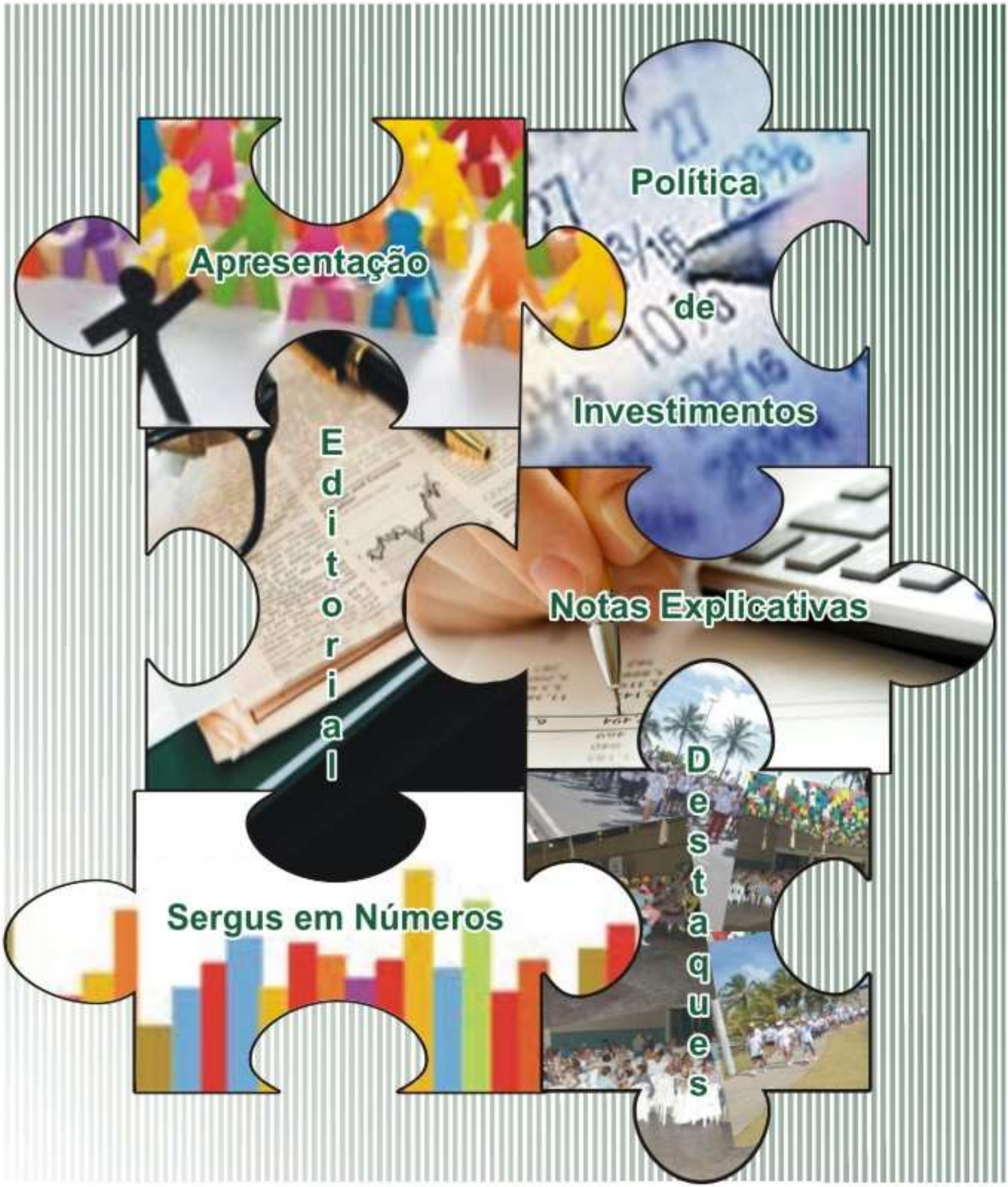
Informativo
Nº 27 - Ano XI - Abril 2013

Sergus

Relatório Anual 2012



Instituto Banese de Seguridade Social

APRESENTAÇÃO

O Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, seguindo os princípios da boa Governança Corporativa, através da sua Diretoria Executiva, APRESENTA aos seus PARTICIPANTES ativos e assistidos o RELATÓRIO ANUAL, que contém os dados mais relevantes das atividades desenvolvidas em 2012, acompanhado das Demonstrações Financeiras, dos Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Este Relatório funciona como uma prestação de contas, uma apresentação geral de tudo que aconteceu no SERGUS e da situação atual do seu Plano de Benefícios, destacando, além dos números, alguns dos fatos relevantes, tais quais:

- Aprovação pelo Conselho Deliberativo e envio para PREVIC da proposta de alteração do Estatuto Social do SERGUS, que prevê eleição para Diretoria de Seguridade;
- Implantação de Sistemas;
- Eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Certificação pelo ICSS de conselheiros;
- Novo Plano de Benefícios.

Não poderíamos deixar de destacar também os eventos sociais realizados pelo SERGUS, em cumprimento ao seu Programa Social que visa a integração entre os participantes na pré-aposentadoria e os assistidos, que foram: o 9º Encontro e a 8ª Caminhada, ocorridos respectivamente em junho e dezembro do ano em referência.

Para finalizar, registramos os nossos agradecimentos às Patrocinadoras, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e a todos os participantes ativos e assistidos. Gratidão especial dedicamos à nossa equipe interna de colaboradores pela dedicação e empenho na realização de suas atividades.

A Diretoria.

Aproveite a declaração do Imposto de Renda para se planejar

O ano começa e logo uma das obrigações de todo cidadão vem à tona: fazer a declaração do imposto de renda. Utilizar toda a papelada para fazer o balanço dos 12 meses que passaram pode ter uma utilidade muito importante, que vai bem além da mera burocracia. Pelo menos é o que garante a consultora Márcia Dessen, sócia do Brazilian Management Institute (BMI), que convida os contribuintes a olhar essa atividade sob uma ótica diferente – a do planejamento financeiro. "Ao fazer a declaração de Imposto de Renda você presta contas ao governo de coisas sobre as quais não prestou contas a si mesmo ao longo de um ano inteiro", afirma. "Por isso, essa talvez seja a ocasião mais propícia para alguém examinar quanto está ganhando e também para refletir sobre quanto está gastando".Certos passos são essenciais para ter uma vida financeira saudável. Na opinião de Márcia, o primeiro e mais importante deles é planejar o orçamento, ou seja, saber quanto dinheiro entrará na conta todo mês, quanto deverá sair e quanto sobrará para investir. Isso, no entanto, é algo que apenas os brasileiros mais organizados se dão ao trabalho de definir. Começar a estruturar um orçamento exige um mínimo de dedicação e pode parecer custoso – ou chato – demais para valer a pena. Por isso, Márcia sugere que os interessados em colocar as finanças em dia enxerguem a declaração de Imposto de Renda como uma ferramenta de gestão. "Quantas pessoas só descobrem nessa hora o quanto realmente estão devendo na praça? E por que será que deixam para fazer esse balanço apenas uma vez por ano?", questiona. "Minha sugestão é que a declaração sirva como o pontapé para começar um controle, mês a mês, dos ganhos e dos gastos".

Um orçamento mensal, é claro, não precisa seguir todo o detalhamento exigido pela Receita Federal. Márcia recomenda anotar os gastos diários em uma planilha. Para facilitar esse trabalho, a consultora sugere pagar as contas com cartão, de crédito ou débito, sempre que for possível. "Ao fim de cada mês, bastará somar, a partir dos registros da fatura, todas as despesas feitas e separá-las em grandes classes de gastos, como alimentação, moradia ou entretenimento", diz. O ideal, na visão da planejadora financeira, é usar dinheiro em espécie apenas para fazer as pequenas compras corriqueiras. "O valor de cada saque de dinheiro pode ser totalmente contabilizado numa linha de 'diversos'. É mais fácil e mais estimulante do que se obrigar a anotar cada cafezinho comprado na rua". Controlar os gastos é o que permite às pessoas evitar entrar em armadilhas financeiras, como recorrer ao crédito para dar conta do consumo do dia a dia, um alerta que Márcia dá sempre que tem uma oportunidade. "Dívidas costumam custar caro e é necessário ter consciência desse preço antes de parcelar qualquer compra", afirma.

Apenas quem for capaz de planejar o orçamento e de evitar as "dívidas ruins" – que financiam o consumo diário – conseguirá chegar ao fim do mês com uma folga financeira. Na prática, significa que pode sobrar dinheiro para investir. E quando isso acontece, é preciso buscar alternativas de onde aplicar os recursos poupados. Ela ressalta que o principal fator a se considerar para tomar essa decisão é o tempo. Novamente, planejar é a palavra de ordem. "Perguntas que precisam ser respondidas são: para que quero esse dinheiro e em quanto tempo. Sem definir esses dois pontos, é difícil fazer a opção mais adequada", afirma. Um dos objetivos de investimento que, segundo Márcia, devem estar entre as prioridades de qualquer um é guardar dinheiro para a aposentadoria. Aplicar nos planos de previdência complementar vendidos pelos bancos são uma alternativa que embute vantagens tributárias, mas a consultora ressalta que também é possível fazer essa economia por conta própria.

O patrimônio que foi possível construir ao longo da vida será o resultado de todas essas decisões – fazer ou não um orçamento, contrair dívidas ou pagar à vista, e onde investir o que sobra. Espera-se, diz Márcia, que essas decisões sejam tomadas sempre de forma voluntária e consciente. "O problema maior é alguém descobrir, tarde demais, que não conseguiu juntar um patrimônio suficiente para gerar renda e garantir o sustento no restante da vida", afirma Márcia. Nesses casos, há poucas alternativas a não ser continuar trabalhando, mesmo na velhice. Para aqueles que acham que olhar atentamente para o próprio bolso importa pouco, Márcia dá um recado: "Só vive de renda quem tem disciplina e paciência para planejar as finanças". Qual será a sua opção?

FONTE: http://www.comoinvestir.com.br/

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA: Superintendente: **Marcelo Carvalho A. de Aguiar** / Diretora Adm. e Financeira: **Claudete Aparecida L. de Vasconcelos** / Diretora de Seguridade: **Rosângela Tavares Ferreira** / CONSELHO DELIBERATIVO: Efetivos - **Roberto Simões Lessa** (Presidente), **Soraia Tathiana Bastos Vieira, Marilene Sousa de Cerqueira, Milson Rosa Filho** / Suplentes - **Helom Oliveira da Silva, Maria de Fátima Muritiba de Barros, Ivânia Pereira da Silva, Ednilson Nunes Gois** / CONSELHO FISCAL: Efetivos - **Juraci Aragão** (Presidente), **Marcelo Antonio da Silva, Maria Luiza dos Santos, José Ribeiro da Silva Junior** / Suplentes - **Maria Claudineide de V. Belém, Adriana Franca Conserva Hide, Luiz Carlos Menezes de Santana, Weber Dantas Silva.**

Jornal do Sergus - Edição, Revisão e Texto: Equipe Sergus - Arte-Finalização: Ednelza Santos - 3224-1542 - Impressão: Gráfica Farias Ltda. - 3215-6767

Tiragem: 1.400 exemplares - Distribuição Gratuita

SERGUS EM NÚMEROS

INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES					
					Dezembro/2012
ATIVOS	AUTO	VESTING	CANCELADOS COM RESERVA NO PLANO	ASSISTIDOS	TOTAL
921	18	1	84	340	1.364

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS COLETADOS (CONTRIBUIÇÕES)	
	Dezembro/2012
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS	EM R$ MIL
Contribuição de Ativos	3.819.795
Contribuição de Assistidos	1.514.136
Contribuição de Patrocinadoras	3.819.795
Contribuição de Autopatrocinados	329.106
Total	9.482.832

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS (BENEFÍCIOS)	
	Dezembro/2012
DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS	EM R$ MIL
Aposentadoria Antecipada p/ Tempo de Contribuição	832.484
Aposentadoria por Idade	62.101
Aposentadoria por Invalidez	1.029.884
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	7.589.833
Auxílio Doença	258.254
Pensão por Morte	565.273
Pecúlio por Morte / Invalidez	107.393
Reserva de poupança	166.778
Portabilidade	0
Sub-Total	10.612.000
Outras despesas previdênciais	8.137
Total	10.620.137

PREMISSAS ATUARIAIS CONSIDERADAS EM 2012					
HIPOTESES ECONÔMICAS	TAXA DE JUROS	TAXA CRESCIMENTO SALARIAL	CAPACIDADE SALARIAL ATIVO	CAPACIDADE BENEFÍCIO	ÍNDICE DO PLANO
	5% a.a	1,8% a.a	0,976%	0,976%	INPC/IBGE

HIPOTESES DEMOGRÁFICAS	TÁBUA DE MORTALIDADE	TÁBUA DE ENTRADA	TÁBUA DE INVÁLIDO
	UP-94 Feminina	WYATT 1985 - Unissex	RP-2000 Feminina

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO SERGUS DE BENEFÍCIOS - PSB

Em Reais (R$)

CARTEIRA CONSOLIDADA POR SEGMENTO				
SEGMENTOS	**DEZ/2011**	**RECURSOS GARANTIDORES (%)**	**DEZ/2012**	**RECURSOS GARANTIDORES (%)**
Renda Fixa	320.501.684	77,46	353.284.441	75,67
Renda Variável	49.079.822	11,86	65.323.978	13,99
Investimentos Estruturados	14.479.283	3,50	19.249.551	4,12
Imóveis	21.252.276	5,14	21.140.905	4,53
Empréstimos a Participantes	8.595.016	2,08	7.995.605	1,71
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**413.908.081**	**100,04**	**466.994.481**	**100,02**
Disponível	**495**	**0,00**	**3.155**	**0,00**
Exigível Operacional	**-148.363**	**-0,04**	**-128.024**	**-0,02**
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	**413.760.212**	**100,00**	**466.869.612**	**100,00**

GESTÃO DE INVESTIMENTOS			
GESTÃO TERCEIRIZADA	**VALOR EM REAIS**	**GESTÃO TERCEIRIZADA (%)**	**RECURSOS GARANTIDORES (%)**
Fundos de Investimento Exclusivos	156.387.296	66,16	33,50
Fundos de Investimento Renda Fixa	8.962.272	3,79	1,92
Fundos de Investimento Multimercado - Estruturados	19.249.551	8,14	4,12
Fundos de Investimento em Ações	51.797.706	21,91	11,09
TOTAL	**236.396.825**	**100,00**	**50,63**
GESTÃO PRÓPRIA	**VALOR EM REAIS**	**GESTÃO PRÓPRIA (%)**	**RECURSOS GARANTIDORES (%)**
Títulos do Governo Federal - NTN-B	155.150.819	67,27	33,23
Títulos Privados - LFS	32.784.054	14,22	7,02
Ações	13.526.272	5,87	2,90
Imóveis	21.140.905	9,17	4,53
Empréstimos a Participantes	7.995.605	3,47	1,71
TOTAL	**230.597.656**	**100,00**	**49,39**

RENTABILIDADE	
SEGMENTOS	**RENTABILIDADE (%)**
Renda Fixa	14,34
Renda Variável	14,94
Investimentos Estruturados	8,23
Imóveis	2,85
Empréstimos a Participantes	18,77
PSB	**13,66**
META ATUARIAL (INPC + 5% a.a.)	**11,51**

DESPESAS GESTÃO DE INVESTIMENTOS	
DESPESAS	**VALOR EM REAIS**
Taxa de Administração	1.889.173
Taxa de Custódia	241.738
Taxa de Performance	342.446
Corretagens	141.192
Auditorias	27.949
Outras Despesas	734.186
TOTAL	**3.376.683**

Sergus

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Em Reais (R$)

CARTEIRA CONSOLIDADA POR SEGMENTO

SEGMENTOS	DEZ/2011	RECURSOS GARANTIDORES (%)	DEZ/2012	RECURSOS GARANTIDORES (%)
Renda Fixa	400.621	100,11	638.347	99,19
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**400.621**	**100,11**	**638.347**	**99,19**
Disponível	**501**	**0,13**	**6.187**	**0,96**
Exigível Operacional	**-955**	**-0,24**	**-1.004**	**-0,15**
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES	**400.167**	**100,00**	**643.530**	**100,00**

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

GESTÃO TERCEIRIZADA	VALORES EM REAIS	GESTÃO TERCEIRIZADA (%)	RECURSOS GARANTIDORES (%)
Fundos de Investimento Renda Fixa	638.347	100,00	99,19
TOTAL	**638.347**	**100,00**	**99,19**

RENTABILIDADE

SEGMENTOS	RENTABILIDADE (%)
Renda Fixa	8,44
PGA	**8,44**
CDI	**8,41**

DESPESAS GESTÃO DE INVESTIMENTOS

DESPESAS	VALOR EM REAIS
Taxa de Administração	3.712
Taxa de Custódia	409
Taxa de Performance	85
Corretagens	-
Auditorias	20
Outras Despesas	12.279
TOTAL	**16.505**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ESPECÍFICAS	GESTÃO PREVIDENCIAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Pessoal e Encargos	**748.384,86**	**633.945,17**	**1.382.330,03**
Treinamentos/Congressos e Seminários	**32.898,38**	**48.703,42**	**81.601,80**
Viagens e Estadias	**8.459,94**	**9.366,35**	**17.826,29**
Serviços de Terceiros	**337.614,46**	**267.983,21**	**605.597,67**
Consultoria Jurídica	17.085,57	1.828,68	18.914,25
Consultoria Atuarial	45.888,52	0,00	45.888,52
Consultoria dos Investimentos	0,00	146.858,75	146.858,75
Consultoria Jurídica	154.336,98	0,00	154.336,98
Informática	57.899,94	59.927,16	117.827,10
Consultoria - Controles Internos	10.777,64	11.010,76	21.788,40
Auditoria Contábil/investimentos	1.552,86	1.477,11	3.029,97
Outras	50.072,95	46.880,75	96.953,70
DESPESAS GERAIS	**237.942,47**	**103.546,32**	**341.488,79**
Tributárias	141.928,53	19.532,28	161.460,81
Água Luz e Telefone	30.206,63	27.943,13	58.149,76
Material de Consumo	13.678,04	13.192,57	26.870,61
Diversas	52.129,27	42.878,34	95.007,61
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**9.607,14**	**7.289,94**	**16.897,08**
OUTRAS	**1.221,60**	**1.030,84**	**2.252,44**
TOTAL DAS DESPESAS	**1.376.128,85**	**1.071.865,25**	**2.447.994,10**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

ATIVO	Exercício 2012	Exercício 2011	PASSIVO	Exercício 2012	Exercício 2011
DISPONÍVEL	**9**	**1**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**935**	**760**
			Gestão Previdencial	187	144
REALIZÁVEL	**468.504**	**415.051**	Gestão Administrativa	619	467
Gestão Previdencial	621	525	Investimentos	129	149
Gestão Administrativa	250	217			
Investimentos	467.633	414.309	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**8.281**	**5.638**
Títulos Públicos	155.151	146.013	Gestão Previdencial	8.281	5.638
Créditos Privados e Depósitos	32.784	28.927			
Ações	13.526	12.887	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**459.421**	**408.740**
Fundos de Investimento	237.035	196.635	Patrimônio de Cobertura do Plano	458.873	408.062
Investimentos Imobiliários	21.141	21.252	Provisões Matemáticas	457.746	405.834
Empréstimos	7.996	8.595	Benefícios Concedidos	130.828	115.697
			Benefícios a Conceder	326.918	290.137
			Equilíbrio Técnico	1.127	2.228
PERMANENTE			Resultados Realizados	1.127	2.228
Imobilizado	**124**	**87**	Superávit Técnico Acumulado	1.127	2.228
Diferido	68	66			
	56	21	Fundos	548	678
			Fundos Administrativos	400	238
			Fundos dos Investimentos	148	440
TOTAL DO ATIVO	**468.637**	**415.138**	**TOTAL DO PASSIVO**	**468.637**	**415.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	**408.740**	**360.859**	**13,27**
	1. Adições	**66.684**	**64.901**	**2,75**
(+)	Contribuições Previdenciais	8.550	8.114	5,37
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	55.525	54.853	1,23
(+)	Receitas Administrativas	2.580	1.681	53,48
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	29	46	(36,96)
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	5	(100,00)
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	0	202	(100,00)
	2. Destinações	**(16.003)**	**(17.020)**	**(5,98)**
(-)	Benefícios	(10.620)	(9.619)	10,41
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.643)	(5.407)	(51,12)
(-)	Despesas Administrativas	(2.448)	(1.994)	22,77
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	(292)	0	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**50.681**	**47.881**	**5,85**
(+/-)	Provisões Matemáticas	51.912	48.673	6,65
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.101)	(732)	50,41
(+/-)	Fundos Administrativos	162	(262)	161,83
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(292)	202	(244,55)
	4. Operações Transitórias	**0**	**0**	**-**
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	**459.421**	**408.740**	**12,40**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO SERGUS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

	DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	**408.062**	**360.121**	**13,31**
	1. Adições	**65.583**	**63.868**	**2,69**
(+)	Contribuições	10.058	9.015	11,57
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	55.525	54.853	1,23
(-)	**2. Destinações**	**(14.772)**	**(15.927)**	**(7,25)**
(-)	Benefícios	(10.620)	(9.619)	10,41
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.643)	(5.407)	(51,12)
	Custeio Administrativo	(1.509)	(901)	67,48
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	**50.811**	**47.941**	**5,99**
(+/-)	Provisões Matemáticas	51.912	48.673	6,65
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.101)	(732)	50,41
	4. Operações Transitórias	**0**	**0**	**-**
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	**458.873**	**408.062**	**12,45**
	C) Fundos não previdenciais	**548**	**678**	**(19,17)**
(+/-)	Fundos Administrativos	400	238	68,07
(+/-)	Fundos dos Investimentos	148	440	(66,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO SERGUS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	**468.018**	**414.671**	**12,86**
Disponível	3	1	200,00
Recebível	1.020	762	33,86
Investimento	466.995	413.908	12,83
Títulos Públicos	155.151	146.013	6,26
Créditos Privados e Depósitos	32.784	28.927	13,33
Ações	13.526	12.887	4,96
Fundos de Investimento	236.397	196.234	20,47
Investimentos Imobiliários	21.141	21.252	(0,52)
Empréstimos	7.996	8.595	(6,97)
2. Obrigações	**8.597**	**5.931**	**44,95**
Operacional	316	293	7,85
Contingencial	8.281	5.638	46,88
3. Fundos não Previdenciais	**548**	**678**	**(19,17)**
Fundos Administrativos	400	238	68,07
Fundos dos Investimentos	148	440	(66,36)
4. Resultados a Realizar	**0**	**0**	**0,00**
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	**458.873**	**408.062**	**12,45**
Provisões Matemáticas	457.746	405.834	12,79
Superávit/Déficit Técnico	1.127	2.228	(49,42)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**238**	**500**	**(52,40)**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**2.610**	**1.732**	**50,69**
1.1. Receitas	**2.610**	**1.732**	**50,69**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.509	901	67,48
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.037	739	40,32
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	40	(15,00)
Receitas Diretas	1	1	0,00
Resultado Positivo dos Investimentos	29	46	(36,96)
Reversão de Contingências	0	5	(100,00)
2. Despesas Administrativas	**2.448**	**1.994**	**22,77**
2.1. Administração Previdencial	**1.376**	**1.215**	**13,25**
Pessoal e encargos	748	480	55,83
Treinamentos/congressos e seminários	33	48	(31,25)
Viagens e estadias	8	7	14,29
Serviços de terceiros	338	490	(31,02)
Despesas gerais	238	179	32,96
Depreciações e amortizações	10	11	(9,09)
Outras Despesas	1	0	-
2.2. Administração dos Investimentos	**1.072**	**779**	**37,61**
Pessoal e encargos	634	398	59,30
Treinamentos/congressos e seminários	49	40	22,50
Viagens e estadias	9	8	12,50
Serviços de terceiros	268	240	11,67
Despesas gerais	104	84	23,81
Depreciações e amortizações	7	9	(22,22)
Outras Despesas	1	0	-
2.3. Administração Assistencial	**0**	**0**	**-**
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**0**	**0**	**-**
2.5. Outras Despesas	**0**	**0**	**-**
3. Resultado Negativo dos Investimentos	**0**	**0**	**-**
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	**162**	**(262)**	**161,83**
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**162**	**(262)**	**161,83**
6. Operações Transitórias	**0**	**0**	**-**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	**400**	**238**	**68,07**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO SERGUS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	**238**	**500**	**(52,40)**
1. Custeio da Gestão Administrativa	**2.610**	**1.732**	**50,69**
1.1. Receitas	**2.610**	**1.732**	**50,69**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.509	901	67,48
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.037	739	40,32
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	34	40	(15,00)
Receitas Diretas	1	1	0,00
Resultado Positivo dos Investimentos	29	46	(36,96)
Reversão de Contingências	0	5	(100,00)
2. Despesas Administrativas	**2.448**	**1.994**	**22,77**
2.1. Administração Previdencial	**1.376**	**1.215**	**13,25**
2.1.1. Despesas Comuns	**0**	**0**	**-**
2.1.2. Despesas Específicas	**1.376**	**1.215**	**13,25**
Pessoal e encargos	748	480	55,83
Treinamentos/congressos e seminários	33	48	(31,25)
Viagens e estadias	8	7	14,29
Serviços de terceiros	338	490	(31,02)
Despesas gerais	238	179	32,96
Depreciações e amortizações	10	11	(9,09)
Outras Despesas	1	0	-
2.2. Administração dos Investimentos	**1.072**	**779**	**37,61**
2.2.1. Despesas Comuns	**0**	**0**	**-**
2.2.2. Despesas Específicas	**1.072**	**779**	**37,61**
Pessoal e encargos	634	398	59,30
Treinamentos/congressos e seminários	49	40	22,50
Viagens e estadias	9	8	12,50
Serviços de terceiros	268	240	11,67
Despesas gerais	104	84	23,81
Depreciações e amortizações	7	9	(22,22)
Outras Despesas	1	0	-
2.3. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	**0**	**0**	**-**
2.4. Outras Despesas	**0**	**0**	**-**
3. Resultado Negativo dos Investimentos	**0**	**0**	**-**
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	**162**	**(262)**	**161,83**
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	**162**	**(262)**	**161,83**
6. Operações Transitórias	**0**	**0**	**-**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	**400**	**238**	**68,07**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS - PLANO SERGUS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

R$ Mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	**458.873**	**408.062**	**12,45**
1. Provisões Matemáticas	**457.746**	**405.834**	**12,79**
1.1. Benefícios Concedidos	**130.828**	**115.697**	**13,08**
Benefício Definido	130.828	115.697	13,08
1.2. Benefício a Conceder	**326.918**	**290.137**	**12,68**
Benefício Definido	326.918	290.137	12,68
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	**0**	**0**	**-**
2. Equilíbrio Técnico	**1.127**	**2.228**	**(49,42)**
2.1. Resultados Realizados	**1.127**	**2.228**	**(49,42)**
Superávit técnico acumulado	1.127	2.228	(49,42)
Reserva de contingência	1.127	2.228	(49,42)
2.2. Resultados a realizar	**0**	**0**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, nos termos da legislação vigente, constituída sob a forma de sociedade civil e, tendo como finalidade a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social, patrocinados isolada, ou conjuntamente, por empresas integrantes do plano, conforme definido em legislação específica, no Estatuto e no Regulamento.

A Entidade foi fundada em 13 de junho de 1980, tendo como patrocinadora principal o Banco do Estado de Sergipe S.A.- BANESE, e conveniadas: a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese - CASSE, BANESE Administradora e Corretora de Seguros Ltda e o próprio Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS.

Os recursos de que a Entidade dispõe para administrar o Plano de Benefícios (Plano SERGUS), são provenientes de contribuições das patrocinadoras, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos no mercado financeiro, que obedecem ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3792, de 24/09/2009, e demais normativos legais pertinentes.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criada pela Lei nº 12.154 publicada em 23.12.2009, que visa fiscalizar e supervisionar as atividades das entidades. Obedece também às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM , Receita Federal do Brasil – RFB e Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram elaboradas de acordo com a padronização, critérios, normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Resolução MPS/CNPC Nº 8, de 31/10/2011, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, em vigor a partir 16/12/2011 e 01/01/2010, respectivamente, assim como, pela Instrução MPS/PREVIC Nº 5, de 08/09/2011, em vigor a partir de 09/09/2011, que alterou a Instrução MPS/SPC nº 34/2009. Os citados normativos são estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Planificação Contábil Padrão ora praticada de conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011, Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e Instrução MPS/PREVIC Nº 5/2011, objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados, além de controlar as migrações de recursos entre as diferentes Gestões e Planos. Também inclui os aspectos definidos pela Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25/09/2006, a Resolução CGPC nº 15, de 23/08/2005 e a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006.

Quanto aos critérios e limites para custeio das despesas administrativas, a Entidade obedeceu às regras definidas na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

3.1. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA CONTÁBIL

✓ SEGREGAÇÃO POR PLANOS

A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos por ela administrados, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, de modo a produzir balancetes mensais distintos, além do consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA acima citado, trata-se de um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento.

A Entidade administra um único Plano de Benefícios denominado PLANO SERGUS, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD).

✓ SEGREGAÇÃO ENTRE GESTÕES

A estrutura contábil está segregada em 4 (quatro) Atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

a) Gestão Previdencial

É o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições (patronais, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados) e benefícios previdenciários. A contabilização dos eventos oriundos da Gestão Previdencial é efetuada totalmente segregada por plano de benefícios e registradas pelo regime de competência.

As contribuições patronais acima mencionadas são de importância financeira igual as dos participantes ativos que são calculadas com base no que preceitua o regulamento do plano de benefícios. No exercício de 2012, conforme avaliação atuarial, o percentual médio das contribuições patronais foi de 6,67% e participantes ativos e autopatrocinados de 6,98%, observado o disposto no art. 6º da Lei Complementar 108/2001.

As contribuições dos participantes assistidos, representando 15% do valor do benefício conforme regulamento do plano, também foram registradas pelo regime de competência.

a.1. Provisões

a.1.1. Contribuições sobre 13º Salário

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos), a título de provisão de receitas de contribuições de participantes e patrocinadoras, sobre o 13º salário dos participantes ativos.

a.1.2. Benefícios e Contribuições sobre Abono Anual

São constituídas mensalmente na base de 1/12 (um doze avos) sobre os benefícios pagos, a título de provisão de despesas para pagamento do abono anual; e, na mesma base, sobre as contribuições dos participantes assistidos, a título de provisão de receita de contribuição sobre o abono anual.

a.1.3. Contribuições sobre ISC – Índice de Salários Concentrados

São constituídas mensalmente na base de 1/6 (um sexto), a título de provisão de receitas de contribuições da patrocinadora Banese e participantes ativos e autopatrocinados, a ela vinculados, sobre a Gratificação Semestral (ISC).

a.2. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas ao longo do exercício de 2012 foram constituídas por meio de cálculos atuariais efetuados pela empresa, Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, que tomando por referência a base de dados correspondente à posição em 31/12/2012 e observadas as normas de atuária pertinentes, bem assim as características do regulamento do Plano SERGUS, elaborou a avaliação atuarial para aquela data.

b) Gestão Administrativa

É o ambiente contábil que mantém o registro dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas, bem como o ativo permanente, necessários à execução do plano de benefícios administrado pelo SERGUS.

b.1. Ativo Permanente

Registra o valor contábil de direitos e bens imobilizados, representados pelo valor líquido, além de aplicações de recursos em despesas do PGA que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais estabelecidas em função do tempo de vida útil na aquisição, às seguintes alíquotas:

Móveis e Utensílios	**10%**
Máquinas e Equipamentos	**10%**
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	**25%**
Computadores e Periféricos	**20%**

No Diferido estão registrados os gastos com implantação e customização do sistema de Benefícios Previdenciários, amortizados à taxa de 20% ao ano. A amortização é efetivada a partir do início das operações normais pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Estão também registrados no Ativo Diferido (Fomento), os gastos com a instituição de novo plano de benefícios, cujo diferimento está condicionado à comprovação, por meio de estudo de viabilidade, da capacidade (potencial) do plano de benefícios de gerar receitas suficientes para cobrir suas respectivas despesas administrativas e à existência de recursos suficientes no Fundo Administrativo, sendo os gastos amortizados em até 60 (sessenta) meses contados a partir da data da aprovação do plano pela PREVIC.

c) Investimentos

Grupo de contas contábeis destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas dentro de cada ambiente contábil, ou seja, recursos previdenciais na Gestão Previdencial e recursos administrativos na Gestão Administrativa.

c.1. Ativos de Renda Fixa e Renda Variável

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

✓ Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado.

✓ Títulos mantidos até o vencimento - Exceto as ações não resgatáveis, os títulos e valores mobiliários, para os quais haja intenção e capacidade financeira para a sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

c.1.1. Ativos de Renda Fixa

São operações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas e pós-fixadas, praticadas no mercado financeiro, calculadas com base nas taxas pactuadas pelos gestores junto às instituições financeiras.

Para a avaliação dos ativos de renda fixa são observadas as legislações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os ativos com taxas pré-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

Os ativos com taxas pós-fixadas quando da sua aquisição, são contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos, sendo evidenciado o ágio e o deságio, a atualização do valor de emissão do ativo e, quando for o caso, os juros decorridos, observando-se o critério pró-rata temporis, em função do prazo decorrido.

A apropriação do ágio, do deságio, dos rendimentos ou encargos mensais, é efetuada mediante a utilização do método exponencial, admitindo-se a apropriação segundo o método linear naquelas contratadas com cláusula de juros simples.

Os Rendimentos ou os encargos são apropriados mensalmente, a crédito ou a débito de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", em razão do prazo decorrido, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.

No ajuste do valor do ativo ao valor de mercado, os acréscimos e decréscimos apurados em relação ao critério pró-rata temporis são registrados em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas".

c.1.2. Ativos de Renda Variável

As ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de mercado, observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

As vendas de ações no mercado à vista são registradas pelo valor líquido, abatendo-se do valor de venda as taxas e corretagens.

c.2. Fundos de Investimentos

As cotas de fundos de investimentos quando da sua aquisição são contabilizadas pelo valor efetivamente desembolsado, incluindo, quando for o caso, taxas e emolumentos, e são avaliadas observando-se a legislação estabelecida pela CVM. A diferença apurada entre o valor contábil e a avaliação é registrada em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", admitindo-se a compensação.

c.3. Investimentos Imobiliários

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico.

Os imóveis são registrados pelo custo de aquisição, incluindo honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre a operação.

As avaliações imobiliárias são realizadas pelo menos a cada três anos, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, através de emissão de laudo técnico em conformidade com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além de conter as informações mínimas no seu preenchimento.

O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Para o registro da depreciação considera-se o valor da última avaliação, que é calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente, constante do laudo de avaliação.

c.4. Operações com Participantes

Registra o valor do principal das operações de empréstimos simples concedidos aos participantes e estão acrescidas dos rendimentos financeiros pactuados em contrato, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados à conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas", pelo regime de competência.

d) Gestão Assistencial

É o ambiente contábil destinado ao registro contábil dos fatos relativos aos planos de benefícios de assistência à saúde, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Não aplicável ao SERGUS.

✓ SEGREGAÇÃO DE FUNDO ADMINISTRATIVO POR PLANOS

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 8/2011, a contabilização dos eventos administrativos estão sendo efetuadas em ambiente contábil específico, denominado Plano de Gestão Administrativa – PGA, cujo patrimônio que compõe o Fundo Administrativo está segregado por plano de benefícios, ou seja, o PGA é executado de forma consolidada e também, de forma segregada por plano de benefícios, dentro do próprio PGA.

Ao final de cada mês, são registrados nos planos de benefícios nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação dos planos de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Com isso, todos os eventos administrativos são registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, mas, à parte do Fundo Administrativo que cabe aos planos de benefícios previdenciários, é contabilizada no ambiente previdencial em seus respectivos planos de benefícios, em contas do Ativo e Passivo sem causar quaisquer efeitos no resultado da atividade previdencial. Uma vez que, o Fundo Administrativo ficará demonstrado no PGA, assim como, em cada plano de benefícios previdenciários, de acordo com as respectivas participações, para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas dos planos de benefícios, o efeito do Fundo Administrativo nos mesmos é anulado, permanecendo apenas o saldo no PGA.

Sergus

4. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

✓ Plano SERGUS de Benefícios

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
TÍTULOS PÚBLICOS	**155.151**	**146.013**
Títulos Públicos Federais	155.151	146.013
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**32.784**	**28.927**
Patrocinador (es) (LFS)	32.784	28.927
AÇÕES	**13.526**	**12.887**
Patrocinador (es)	13.526	12.887
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**236.397**	**196.234**
Renda Fixa	8.962	2.959
Ações	51.798	36.193
Multimercado	175.637	157.082
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**21.141**	**21.252**
Aluguéis e Renda	21.141	21.252
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**7.996**	**8.595**
Empréstimos	7.996	8.595
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	**466.995**	**413.908**

✓ Plano de Gestão Administrativa - PGA

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**638**	**401**
Renda Fixa	638	401
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	**638**	**401**
TOTAL CONSOLIDADO DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	**467.633**	**414.309**

b) Categorias dos Títulos

b.1 - Títulos para negociação

✓ Plano SERGUS de Benefícios

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012			2011		
Natureza	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado
AÇÕES		**2.888**	**13.526**		**2.888**	**12.887**
Patrocinador(es)		**2.888**	**13.526**		**2.888**	**12.887**
Banco do Estado de Sergipe S/A	-	2.888	13.526	-	2.888	12.887
FUNDOS DE INVESTIMENTO		**167.940**	**236.397**		**131.784**	**196.234**
Renda Fixa		**8.512**	**8.962**		**2.763**	**2.959**
FI RF - BTG Pactual Emissões Primárias	-	2.001	1.938	-	2.001	2.145
FI RF - BTG Pactual Emissões Primárias II	-	1.511	1.746	-	762	814
FIDC - Sul Invest Multisetorial	-	2.000	2.157	-	0	0
FIDC - Multissetorial Vale	-	2.000	2.108	-	0	0
FIDC - Multissetorial Valor	-	1.000	1.013	-	0	0
Ações		**48.151**	**51.798**		**33.299**	**36.193**
FIA - Fator Ações Institucional	-	0	0	-	5.121	7.816
FIA - Schroder Alpha Plus	-	0	0	-	3.771	4.242
FIA - Meta Valor	-	0	0	-	4.900	4.635
FIA- Oceana Valor	-	6.955	7.911	-	2.319	2.416
FIA - Mercatto Estratégia	-	5.600	6.354	-	5.600	5.822
FIA - BRZ Valor	-	0	0	-	6.411	6.632
FIA - Opus Ações	-	5.874	5.952	-	5.177	4.630
FIA - Fator Prisma Institucional	-	6.381	7.011	-	0	0
FIA - BTG Pactual Dividendos	-	5.000	5.330	-	0	0
FIA - Guepardo Institucional FIC	-	4.000	4.367	-	0	0
FIA - Studio FIC	-	7.341	7.954	-	0	0
FIA - Victoire Yield Ações	-	2.000	2.116	-	0	0
FIA - Legg Mason Dividend Yield FIC	-	5.000	4.803	-	0	0
Multimercado		**111.277**	**175.637**		**95.722**	**157.082**
FIM Exclusivo - Mercatto Acaju Previdenciário	-	29.521	47.892	-	24.740	44.574
FIM Exclusivo - Fator Pirambu	-	36.542	56.362	-	29.088	53.281
FIM Exclusivo - GAP Poxim	-	30.050	52.133	-	30.050	44.748
FIM Estruturado Mercatto Diferencial 30	-	5.268	7.411	-	5.268	6.566
FIM Estruturado - Oceana Long Short	-	4.915	5.827	-	1.915	2.350
FIM Estruturado - Safra Currency	-	4.981	6.012	-	4.661	5.563
TOTAL - TÍTULOS P/ NEGOCIAÇÃO		**170.828**	**249.923**		**134.672**	**209.121**

✓ Plano de Gestão Administrativa - PGA

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012			2011		
Natureza	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado
FUNDOS DE INVESTIMENTO		**562**	**638**		**350**	**401**
Renda Fixa		**562**	**638**		**350**	**401**
FIM – Exclusivo – Mercatto Top	-	216	290	-	216	266
FIM – Exclusivo – Mercatto Rendimento	-	346	348	-	134	135
TOTAL - TÍTULOS P/ NEGOCIAÇÃO		**562**	**638**		**350**	**401**

As ações do Banco do Estado de Sergipe S/A, foram avaliadas pelo valor de mercado, observando-se as regras estabelecidas em legislação emitida pela CVM.

As receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio, decorrentes dos investimentos dessas ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da aprovação do Conselho de Administração do Banco do Estado de Sergipe, "ad referendum" da Assembléia Geral dos Acionistas.

b.2.Títulos mantidos até o vencimento

✓ Plano SERGUS de Benefícios

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012			2011		
Natureza	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado	Venc.	Custo histórico de aquisição	Montante/ Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS		**121.583**	**155.151**		**121.583**	**146.013**
Títulos Públicos Federais		**121.583**	**155.151**		**121.583**	**146.013**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/08/2014	21.437	23.914	15/08/2014	21.437	22.563
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/05/2015	15.465	23.216	15/05/2015	15.465	21.548
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/05/2017	8.022	10.858	15/05/2017	8.022	10.108
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/08/2024	9.995	14.434	15/08/2024	9.995	13.556
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/08/2030	10.075	10.812	15/08/2030	10.075	10.227
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B *	15/05/2045	56.589	71.917	15/05/2045	56.589	68.011
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		**25.000**	**32.784**		**25.000**	**28.927**
Patrocinador(es)		**25.000**	**32.784**		**25.000**	**28.927**
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A *	24/11/2016	5.000	6.557	24/11/2016	5.000	5.786
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A *	24/11/2016	5.000	6.557	24/11/2016	5.000	5.786
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A *	24/11/2016	5.000	6.557	24/11/2016	5.000	5.785
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A *	24/11/2016	5.000	6.557	24/11/2016	5.000	5.785
LFS – Banco do Estado Sergipe S/A *	24/11/2016	5.000	6.556	24/11/2016	5.000	5.785
TOTAL - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		**146.583**	**187.935**		**146.583**	**174.940**

*Pela característica do papel, o custo histórico de aquisição espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos e valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria "TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO", de acordo com o expresso nos artigos 1º e 9º da Resolução CGPC nº 04/2002.

c) Investimentos Imobiliários

c.1. Reavaliação de Imóveis

Em outubro de 2011, a Entidade procedeu à reavaliação dos imóveis que integram os investimentos imobiliários, através da empresa PROJENC Projetos e Engenharia de Custos Ltda CNPJ 32.817.892/0001-04, tendo como técnicos responsáveis às engenheiras civis Ana Letícia da Silveira Fontes, CREA 2.558/D–SE e Ana Amélia Machado de Freitas, CREA 4.459/D, que, em obediência as normas e diretrizes para Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos exigidas na NBR 14653-1 e NBR 14653-2 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e de acordo com a Lei nº 5.194 de 24/12/1966, que regula as atividades e atribuições do Engenheiro, adotou como base de avaliação o abaixo descrito:

c.1.1. Avaliação do Terreno

c.1.1.1. Método Empregado

Para a determinação do valor da área do imóvel, foi aplicado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, que consiste na identificação do custo do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra.

c.1.1.2. Desenvolvimento da avaliação

Quanto às características, o valor unitário foi determinado em decorrência de pesquisas no mercado da região de terrenos semelhantes ao avaliando, utilizando o Modelo Estatístico Inferencial. Alem das características, foram também considerados nos cálculos, as variáveis dependentes e independentes, Modelos estatísticos e as Análises da função.

c.1.2. Avaliação da Benfeitoria

c.1.2.1. Método Empregado

Para a determinação do valor das benfeitorias, foi aplicado o Método do Custo de Reprodução de Benfeitorias, que consiste no valor do orçamento para a recomposição do imóvel na condição de novo, e a aplicação de coeficiente de depreciação, que leva em conta a idade aparente e o estado de conservação.

Decorrente dessa reavaliação foi apurado o resultado positivo de R$13.097 mil, contabilizado no mês de dezembro/2011 em conta do respectivo Ativo, em contrapartida a conta de Rendas/Variações Positivas, propiciando um aumento no segmento dos investimentos imobiliários com reflexo no Fluxo dos Investimentos e conseqüentemente no resultado do plano SERGUS de benefícios no exercício/2011 e, por conseguinte em 2012. O resultado apurado na reavaliação anterior, realizada em dezembro/2008, foi de R$2.181 mil.

c.2. Imóveis Reavaliados – 2011

Registro em Cartório	Endereço	Cidade	Estado
1º OF - RG 01-8828 - FL 131 - LV 2-Z	Av.Augusto Maynard, 321 - 1º andar. - São José	Aracaju	SE
1º OF - RG 4-4136 - FL 59 - LV 2-AD	Rua João Pessoa, 90/94 e 100. - Centro	Aracaju	SE
1º OF - RG 08-2049 - FL 49 - LV 2	Rua F, S/N, Módulos 17 a 22 Qd.A,Sup.Qd.1 - DIA.	Aracaju	SE
1º OF - RG 18-18372 - FL 32A - LV 2-EG	Rua Sergipe, 432. - Siqueira Campos	Aracaju	SE
1º OF - RG 11-2517 - FL 117 - LV 2-H	Av. Simeão Sobral, 708. - Santo Antonio	Aracaju	SE
1º OF - RG 01-25883 - FL 79 - LV 3-AD	Rua Dr. Gutenberg Chagas s/n -Quadra N,Super Quadra 6 -31 a 40-DIA	Aracaju	SE
5º OF - RG 02-5256 - FL 128 - LV 2-AL	Av. Gentil Tavares da Mota, 320 - Lojas 01 e 02.- Getúlio Vargas	Aracaju	SE
1º OF - RG 04-3159 - FL 159 - LV 2-M	Praça João Pessoa, 175. - Centro	Itabaiana	SE
1º OF - RG 23-264 - FL 01 - LV 2-R	Rua Laudelino Freire, 09. - Centro	Lagarto	SE
1º OF - RG 03-2921 - FL 115 - LV 2-AD	Praça 15 de Novembro, 1.137. - Centro	Capela	SE
1º OF - RG 02-2186 - FL 092 - LV 2-2H	Rua Capitão José Narciso, 203. - Centro	Poço Verde	SE
1º OF - RG 03-483 - FL 87 - LV 2-B.	Praça Caio Tavares, 31. - Centro	Japaratuba	SE
5º OF - RG 03-10643 - FL 157 - LV 2-AF	Rua Monsenhor Silveira, 276 - São José.	Aracaju	SE
1º OF - RG 02-2186 - FL 092 - LV 2-H	Av. Barão de Maruim, 400 - Centro	Aracaju	SE
1º OF - RG 14-2307 - FL 77 - LV 2-Q	Rua Laranjeiras,87 - Centro	Aracaju	SE

c.3. Direitos Creditórios

O Sergus, em observância aos critérios estabelecidos na Instrução MPS/SPC nº34/2009 quanto ao grau de liquidação dos débitos e aos números de dias em atraso, registrou em 31/12/2012 referente ao mês de outubro/2012, provisão para perdas no valor de R$15 mil, correspondente a 25% sobre os direitos creditórios dos valores devidos ao uso dos imóveis do SERGUS, que por conta de renegociação contratual, ainda não foram liquidados pela patrocinadora BANESE.

d) Empréstimos a Participantes

A carteira de empréstimos a participantes está representada em 31/12/2012 pelo saldo de R$7.996 mil, correspondente a um total de 584 contratos ativos, sendo: R$4 mil pactuados até março/2009 à taxa de juros TR + 1,20% (8 contratos ativos) e após aquela data o montante de R$7.992 mil pactuados à taxa de INPC + 0,90% (576 contratos ativos). Em 2011, o saldo total da carteira era de R$8.595 mil com 639 contratos ativos.

5. ATIVO

a) Realizável

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
GESTÃO PREVIDENCIAL	**621**	**525**
Recursos a Receber	**575**	**523**
Contribuições do mês	**2**	**7**
Patrocinador(es)	0	1
Participantes	0	1
Autopatrocinados	2	5
Outros Recursos a Receber	**573**	**516**
Contribuições ISC - Índice Salário Concentrado	573	515
Ressarcimentos IRRF S/Benefícios	0	1
Adiantamentos	**45**	**0**
Adiantamentos de Benefícios	45	0
Depósitos Judiciais/Recursais	1	2
Processos Judiciais	1	2
GESTÃO ADMINISTRATIVA	**250**	**217**
Contas a Receber	**248**	**215**
Contribuições para Custeio	130	80
Responsabilidade de Empregados	1	1
Responsabilidade de Terceiros	2	6
Outros Recursos a Receber	115	128
Despesas Antecipadas	**2**	**2**
Outras Despesas Antecipadas	2	2

O SERGUS visando melhor adequação às mudanças na Planificação Contábil Padrão, através da Instrução MPS/PREVIC Nº 5/2011, que alterou a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, procedeu em agosto/2012 a transferência do saldo existente nas contas contábeis do Ativo – Realizável - Depósitos Judiciais/Recursais no valor de R$433 mil e do Passivo - Exigível Contingencial - Depósitos Judiciais/Recursais de R$434 mil, ambas para o Passivo - Exigível Operacional - Retenções a Recolher, relativos ao IRRF incidentes sobre os benefícios de diversos participantes assistidos, depositados judicialmente na CEF – Caixa Econômica Federal em nome destes, que movem ação na justiça contra a RFB - Receita Federal do Brasil, pleiteando a isenção do citado Imposto. O reflexo da referida transferência está demonstrado no Exigível Operacional – Gestão Previdencial – Retenções a Recolher – Ações Movidas p/Participantes - Isenção Imposto de Renda: IRRF s/Benefícios R$437 mil (2012), R$420 mil (2011) e (-) DJE - Depósitos Judiciais R$434 mil (2012), R$415 mil (2011), reapresentado de forma comparativa nas demonstrações contábeis.
Do montante de R$115 mil, registrado em 2012 no Realizável – Gestão Administrativa – Contas a Receber – Outros Recursos a Receber, o valor de R$110 mil, corresponde ao Custeio Administrativo do Investimento, a ser transferido em espécie do plano de benefícios no exercício seguinte, classificado no Exigível Operacional – Investimento – Outras Exigibilidades – Cobertura Despesas Administrativas. Em 2011, esses montantes eram de R$128 mil e R$127 mil, respectivamente.

6. PASSIVO

a) Exigível Operacional

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
GESTÃO PREVIDENCIAL	**187**	**144**
Benefícios a Pagar	1	6
Benefícios de Prestação Continuada	1	1
Institutos	0	5
Retenções a Recolher	**56**	**58**
Incidente s/Folha Benefícios	53	44
Incidente s/Resgate de Contribuições	0	9
Ações Movidas p/Participantes	3	5
Isenção Imposto de Renda	3	5
IRRF s/Benefícios	437	420
(-) DJE - Depósitos Judiciais	(434)	(415)
Outras Exigibilidades	**130**	**80**
Custeio Administrativo a Pagar	130	80
GESTÃO ADMINISTRATIVA	**619**	**467**
Contas a Pagar	**601**	**450**
Pessoal e Encargos	197	126
Serviços de Terceiros	398	317
Fornecedores	6	7
Retenções a Recolher	**7**	**9**
Incidente s/Folha Empregados	3	3
Incidente s/Serviços de Terceiros	4	6
Outras Exigibilidades	**11**	**8**
Obrigações Tributárias-Cofins/Pis	11	8
INVESTIMENTOS	**129**	**149**
Títulos Públicos	**6**	**7**
Títulos Públicos Federais	6	7
Créditos Privados e Depósitos	**2**	**2**
Patrocinador(es)	2	2
Ações	**1**	**1**
Patrocinador(es)	1	1
Fundos de Investimento	**5**	**4**
Renda Fixa	1	1
Ações	3	2
Multimercado	1	1
Investimentos Imobiliários	**4**	**0**
Aluguéis e Renda	4	0
Empréstimos e Financiamentos	**1**	**8**
Empréstimos	1	8
Outras Exigibilidades	**110**	**127**
Cobertura Despesas Administrativas	110	127
TOTAL	**935**	**760**

No Exigível Operacional – Gestão Administrativa – Contas a Pagar – Pessoal e Encargos, o montante de R$197 mil corresponde às obrigações com pessoal próprio da Entidade, a título de férias e encargos sociais no valor de R$66 mil, e com pessoal cedido pela patrocinadora BANESE (Diretoria Executiva), a título de férias, gratificação semestral, PLR e encargos sociais incidentes, no valor de R$131 mil. Em 2011, esses valores eram de R$126 mil, R$52 mil e R$74 mil, respectivamente.
No citado Exigível, a quantia de R$398 mil, classificado em Serviços de Terceiros, o valor de R$359 mil, corresponde à obrigação (líquida do IRRF) com o Escritório de Advocacia Cavezzale Advogados Associados, contratado com a finalidade de representar o SERGUS nos processos judiciais movidos por diversos participantes assistidos contra a Entidade, sendo o restante relativo a contratações de fornecedores de outros serviços. Em 2011, essas quantias eram de R$317 mil e R$269 mil, respectivamente.

b) Exigível Contingencial

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
GESTÃO PREVIDENCIAL	**8.281**	**5.638**
Provisão	**8.281**	**5.638**
Processos Judiciais	**8.281**	**5.638**
Ações Movidas p/Participantes	**8.281**	**5.638**
Assistidos	**8.280**	**5.637**
Abono de Aposentadoria	5.301	3.850
Excesso (SRB - USB)	2.979	1.787
Ex-Participantes	**1**	**1**
Expurgo Inflacionário (Reserva de Poupança)	1	1
TOTAL	**8.281**	**5.638**

O Conselho Deliberativo tomando por referência os pareceres emitidos pela assessoria jurídica Cavezzale Advogados Associados e Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, acerca das ações judiciais, movidas por participantes assistidos, autorizou em dezembro/2012, a provisionar os valores de R$12 mil e de R$313 mil, correspondentes a 1/13 avos dos valores totais apurados de R$154 mil e R$4.074 mil, relativos às ações do ABONO DE APOSENTADORIA (20% s/SRB) de 6 participantes e ações de EXCESSO (SRB – USB) de 51 participantes, respectivamente, ficando as demais parcelas a serem contabilizadas no período de janeiro a dezembro/2013. Ao longo de 2012, foram provisionados R$2.643 mil, sendo: R$1.451 mil (Abono) e R$1.192 mil (Excesso), que somado ao saldo remanescente de 2011 na ordem de R$5.637 mil, totaliza em 2012 R$8.280 mil (ações do abono R$5.301 mil, de 95 participantes e ações de Excesso R$2.979 mil, de 71 participantes).
O SERGUS também é parte envolvida em outros processos, cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis, motivo pelo qual, na opinião dos seus consultores jurídicos ainda não é cabível provisionamento.

7. EXIGÍVEL ATUARIAL DO PLANO SERGUS

a) Provisões Matemáticas

O Exigível Atuarial do Plano SERGUS, representado pelas provisões matemáticas, foram calculadas pela empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA, e encontra-se assim demonstrado:

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**130.828**	**115.697**
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	130.828	115.697
BENEFÍCIOS A CONCEDER	**326.918**	**290.137**
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Programado	314.525	275.430
Benefício Definido Estrut.Reg.Capitalização Não Programado	12.393	14.707
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL	**457.746**	**405.834**

8. RESULTADOS REALIZADOS

a) Superávit Técnico Acumulado

O superávit técnico do plano de benefícios é contabilizado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas, e o que exceder esse percentual em Reserva Especial para Revisão de Plano. Em 31/12/2012, o Superávit Técnico do Plano SERGUS é de R$1.127 mil que comparado às Provisões Matemáticas de R$457.746 mil, representa 0,25%. Esse percentual em 31/12/2011 era de 0,55%.
A Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPC's na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit, e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios.

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.127**	**2.228**
Resultados Realizados	**1.127**	**2.228**
Superávit Técnico Acumulado	**1.127**	**2.228**
Reserva de Contingência	1.127	2.228

b) Fatores Impactantes no Resultado do Exercício

O plano SERGUS encerrou o exercício de 2012 com déficit de R$1.101 mil, e com um Superávit Técnico Acumulado de R$1.127 mil. Vale ressaltar que as provisões matemáticas tiveram uma evolução significativa no ano, na ordem de R$51.912 mil, evolução esta impactada principalmente pelo crescimento das referidas provisões do mês de outubro, no valor R$13.554 mil, proveniente do reajuste salarial concedido pela patrocinadora BANESE. Oportuno destacar ainda a evolução do Passivo Exigível Contingencial no montante de R$2.643 mil, oriundo do provisionamento das ações judiciais movidas pelos participantes assistidos, contra o SERGUS. Contudo, os investimentos do plano SERGUS obtiveram no ano rentabilidade positiva de 13,65%, o que representou 118,59% da Meta Atuarial. Em 2011 o déficit foi de R$732 mil, o superávit acumulado de R$2.228 mil, impactado pela evolução nas provisões matemáticas de R$48.673 mil, decorrente, principalmente, do reajuste salarial concedido pela patrocinadora BANESE, alteração das premissas financeiras de crescimento real de salário de 1,6% a.a. para 1,8% a.a. e do custeio administrativo da gestão previdencial de 10% para 15%. A evolução do Passivo Contingencial foi de R$5.407 mil. Os investimentos do plano SERGUS em 2011, obtiveram uma rentabilidade positiva 15,56%, o que representou 136,73% da Meta Atuarial.

9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

A Resolução CGPC nº 29/2009, definiu o PGA como um ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento. Assim, o Conselho Deliberativo em observância a legislação pertinente,

elaborou o regulamento do PGA que dentre outras providências, estabeleceu as fontes, critérios e limites para o custeio administrativo a serem praticados no decorrer do exercício de 2012.

a) Fontes de Custeio Administrativo

As fontes de custeio necessárias à cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Entidade, constantes no regulamento e praticadas ao longo do exercício foram:

✓ Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;

✓ Contribuições das patrocinadoras definidas no plano de custeio anual;

✓ Resultado dos investimentos, como também a taxa de administração de empréstimos a participantes e assistidos, e

✓ Receitas Administrativas.

A taxa de custeio administrativo da gestão previdencial aplicada sobre as contribuições acima foi de 15%, assim definida no plano de custeio anual. No exercício de 2011, essa taxa de custeio representou 10%.

b) Limites de Custeio Administrativo

Dentre os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC nº 29/2009 – a taxa de administração de até 1%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, no último dia do exercício a que se referir, ou a taxa de carregamento de até 9%, incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do plano no exercício a que se referir – o Conselho Deliberativo estabeleceu como limite para o custeio das despesas administrativas (gestão previdencial e investimentos), o percentual de 0,7%, incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, conforme definido no regulamento do PGA. No exercício de 2011, o limite de custeio das despesas administrativas foi também de 0,7%.

c) Despesas Administrativas

c.1. Critérios de Rateio

Pelo fato da Entidade administrar um único plano de benefícios (PLANO SERGUS), as despesas administrativas específicas foram alocadas no plano de benefícios que as originou sem nenhuma forma de rateio. O mesmo acontecendo com as despesas por administração (previdencial e de investimentos), ou seja, elas são alocadas nas respectivas gestões.

As despesas administrativas comuns às gestões, previdencial e de investimentos, são rateadas entre elas, a fim de destacar o real custo de cada gestão, e são registradas no subgrupo 4.2 – Despesas – Plano de Gestão Administrativa-PGA - 4.2.1 – Gestão Previdencial e 4.2.2. - Investimentos.

Ao longo de 2012, os critérios de rateio das despesas administrativas foram uniformes, levando-se em consideração, para definição dos percentuais praticados, os seguintes aspectos:

✓ Despesas c/Pessoal e Encargos

- Identificação das áreas afins na estrutura organizacional da Entidade.
- Segregação de funcionários por área.
- Atividades executadas por cada funcionário.
- Identificação entre a gestão previdencial e de Investimentos, beneficiadas pelas atividades e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

✓ Despesas c/Serviços de Terceiros

- Identificação dos serviços prestados.
- Identificação entre a gestão previdencial e de Investimentos, beneficiadas pelos serviços e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

✓ Despesas Comuns às Gestões

- Análise das despesas.
- Identificação entre a gestão previdencial e de Investimentos, beneficiadas e/ou demandantes das despesas.
- Rateio proporcional entre as respectivas gestões.

As despesas da gestão previdencial e de investimentos são custeadas pelo plano de benefícios, por meio de prestações de contas mensais, quitadas através de transferência de recursos em espécie ao PGA, a título de contribuição para o custeio administrativo.

10. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS

São recursos com destinação específica, voltados a suprir eventuais necessidades das atividades desenvolvidas pela Entidade de conformidade com seus respectivos regulamentos. A Entidade possui dois fundos, denominados: **fundo administrativo e de investimentos.**

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA define como limite máximo o montante de R$500 mil de saldo do fundo administrativo, na data do balanço.

R$ Mil

DESCRIÇÃO	2012	2011
FUNDOS	548	678
Fundo Administrativo - PGA	400	238
Fundo de Investimentos - Empréstimos	148	440

Não obstante o ressarcimento à patrocinadora BANESE ao longo do exercício de 2012, referente às despesas com remunerações mensais, férias, gratificação semestral, PLR e encargos sociais incidentes, relativas a 03 (três) funcionários cedidos que compõem a Diretoria Executiva do SERGUS, totalizando a importância de R$793 mil, bem como o provisionamento das despesas com assessoria jurídica no valor de R$92 mil, demandadas pela contratação do Escritório de Advocacia Cavezzale Advogados Associados, com a finalidade de representar o SERGUS nos processos judiciais movidos por diversos participantes assistidos, o fundo administrativo apresentou um crescimento na ordem de 68,13% em relação ao exercício anterior. Vale ressaltar, que o referido saldo do fundo foi suportado pelas sobras de custeio administrativo apuradas no decorrer do exercício de 2012 em função da alteração do percentual de custeio administrativo da gestão previdencial de 10% para 15%, adicionadas a este, á título de constituição.

Ao final de cada mês do exercício, a Entidade registrou no plano de benefícios nas contas: "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do referido plano no fundo administrativo registrado no PGA, representado em 31/12/2012 pelo montante acima demonstrado.

11. TRIBUTAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO

Os dispositivos legais que tratam sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, estão contidos na Lei nº11.053, de 29/12/2004 e na Lei nº11.196, de 21/11/2005, além da IN/SRF nº 588, de 21/12/2005 – DOU 26/12/2005, alterada pela IN/SRF nº 667, de 27/07/2006 – DOU 01/08/2006 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.315, de 03/01/2013 – DOU 04/01/2013.

12. FATOS RELEVANTES

a) Ativo Contingente - OFND

No ano de 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cuja constituição contou com a participação obrigatória das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas, inclusive o Sergus como entidade privada de previdência complementar fechada, onde tiveram que aplicar o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (atualmente denominadas de "Provisões Matemáticas"). Tendo em vista, a publicação do Decreto-Lei nº 2.383/87 e emissão de Circular pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, alterando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens ao investimento realizado pelas entidades de previdência, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, quanto à observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Em 29.11.2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça, tendo como relator o Ministro Luiz Fux e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Considerando que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com a Resolução CMN nº 3.792/2009 e com a Orientação CVM nº 15/87, o Sergus não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade apresentada em 31.12.2010.

Apresentamos a seguir os fatores que, pelo princípio da prudência e pela convenção do conservadorismo, não é recomendável a contabilização de tal direito, razão pela qual o SERGUS manteve para 2012, o mesmo posicionamento de 2010 e 2011: **a)** os advogados, contratados pela ABRAPP, apresentam ressalva quanto à forma de cálculo e aos próprios valores apurados para identificação do direito de cada entidade fechada de previdência complementar envolvida nessa

ação; **b)** há possibilidade de ação rescisória sobre a decisão judicial, cujo prazo de decadência é de dois anos contados a partir de 29.11.2010; **c)** o fundo de investimentos destinado para pagamento dos recursos devidos às entidades não publicou ou reconheceu a respectiva obrigação; **d)** o agente custodiante dos investimentos realizados por esta Fundação não tem o registro e guarda do respectivo valor mobiliário, conforme determina o Artigo 14 da Resolução CMN nº 3.792/09; **e)** pelo fato de cada ativo de investimentos, em uma entidade fechada de previdência complementar, tratar-se de Recurso Garantidor de benefícios previdenciários, o respectivo registro contábil não deve ser alvo de dúvidas quanto ao valor de direito, liquidez ou prazo de realização.

O Sergus continua com o acompanhamento acerca dos fatos posteriores à decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação daqueles fatores, o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para no momento oportuno, melhor avaliar sobre a possibilidade de reconhecimento do respectivo direito.

13. EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Investimentos Imobiliários

Em referência à nota c.3 – Direitos Creditórios do item 4, continua em negociação contratual um percentual diferenciado de reajuste dos aluguéis referentes aos imóveis locados à patrocinadora Banese, de modo a viabilizar a liquidação dos valores devidos citados na referida nota, através de processo indenizatório.

b) Novo plano de benefícios

Por iniciativa da patrocinadora BANESE que objetivando incrementar melhorias na sua política de recursos humanos, decidiu em 2011, criar um novo plano de benefícios, razão pela qual encontra-se em fase de desenvolvimento no SERGUS, o processo de implementação do referido plano, cuja modalidade será de contribuição variável - CV. Até o final de 2012, foram gastos com este projeto, o montante de R$54 mil, sendo: R$17 mil em 2011 e R$37 mil em 2012, para a realização de diversas ações pertinentes a sua formatação.

c) Plano de Cargos e Salários - Patrocinadora Banese

Em 2012 o BANESE, patrocinadora principal do Plano SERGUS, através da DELOITTE Consultoria, elaborou um plano de cargos e salários, denominado de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Após conclusão dos trabalhos, solicitou ao SERGUS estudo atuarial do impacto nas Reservas Matemáticas do plano, com a implantação do PCCR, trabalho este elaborado pela Consultoria atuarial do plano, conforme segue: foi quantificado, em simulação na posição de 31/05/2012, aumento de 1,34% nas provisões matemáticas de Benefícios a Conceder, com o enquadramento de 747 empregados naquela posição. Todavia, referido impacto na obrigação atuarial do Plano SERGUS somente será notado a partir de janeiro/2013, com base no cadastro de janeiro/2013, cujos valores incorporaram, além dos novos valores de vencimento de cargo, o aumento salarial ocorrido em setembro/2012, data-base da categoria da patrocinadora, e, portanto, o aumento percentual da obrigação atuarial por conta da implantação do PCCR será determinado pela comparação com os resultados das provisões matemáticas de 31/12/2012, estas quantificadas com base nos dados cadastrais de dezembro/2012.

d) Novas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC

No dia 23.01.2013 foram publicadas duas novas Resoluções pelo CNPC, com as determinações a seguir:

• Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012: altera a Resolução CGPC nº 18/2006 e estabelece novos tetos para adoção da taxa máxima real de juros nas projeções atuariais dos planos, que também é utilizada como meta na busca da rentabilidade dos investimentos. Essas referidas taxas terão o período entre os anos de 2013 e 2018 para serem reduzidas, nos referidos instrumentos de projeções atuariais e de investimentos, de 6% para 4,5% a.a. As entidades ainda poderão utilizar taxas superiores aos limites determinados para cada ano, desde que limitadas à 6% a.a., tendo autorização anual pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com base em estudos que comprovem a plena adequação e aderência da taxa superior ao limite, para cada plano de benefícios.

• Resolução CNPC nº 10, de 19.12.2012: altera a Resolução CGPC nº 26/2008 e estabelece que para os processos de revisão dos planos de benefícios a partir de 2013, no que se refere à destinação de superávit e equacionamento de déficit, deverão ser adotadas obrigatoriamente a Tábua Atuarial AT-2000 e a taxa real de juro máxima que trata a Resolução CNPC nº 9/2012.

Marcelo Carvalho A. de Aguiar Diretor Superintendente CPF: 265.885.875-20	Claudete Aparecida L. de Vasconcelos Diretora Adm. e Financeira CPF: 001.328.358-86	Rosângela Tavares Ferreira Diretora de Seguridade CPF: 357.047.055-53	José Carlos Pereira da Silva Contador CRC - SE - 3.995/0-3 CPF: 201.931.495-91

PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2012 – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS DO INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL (SERGUS)

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário do Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2012.

2. As provisões matemáticas do plano de benefícios, em 31/12/2012, somaram R$ 457.746.266,98 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos). Confrontadas com o valor do Ativo Líquido do Plano, de R$ 458.873.417,37 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), foi obtido superávit atuarial de R$ 1.127.150,39 (hum milhão, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta reais e trinta e nove centavos), correspondente a 0,25% do Ativo Líquido do Plano e a 0,25% das provisões matemáticas. Referido superávit deverá ser destinado à formação de Reserva de Contingência, conforme disciplinado no artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

3. O cadastro foi considerado satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução CGPC Nº 18/2006, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).

4. A meta atuarial – a taxa de juros anual de referência para a obtenção de rentabilidade mínima dos investimentos do plano - está estabelecida como sendo a composição da variação do INPC, acrescida da taxa de juros atuarial de 5% (cinco por cento) ao ano. Considerando a variação de 6,20% para o INPC em 2012, a meta atuarial ficou quantificada em 11,51 (onze inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) no período. A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 13,61% (treze inteiros e sessenta e um centésimos por cento), neste caso tendo correspondido a 118,25% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 13,61% e da inflação de 6,20%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 6,98% em 2012.

5. Assim, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pelo SERGUS, concluímos que na posição de 31/12/2012 o plano de benefícios encontrava-se atuarialmente equilibrado. Em razão desta situação superavitária, recomenda-se para 2013 a manutenção do plano de custeio praticado em 2012, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 1, atualizada para 2013 na forma estabelecida no regulamento.

QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÕES VIGENTE EM 31/12/2012

IDADE DO PARTICIPANTE AO SE ASSOCIAR AO SERGUS	PERCENTUAL SOBRE O SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	SOBRE O EXCESSO DO SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A 9 UNIDADES SERGUS DE CONTRIBUIÇÃO
De 18 a 30 anos	2,5%	9,34%
Acima de 30 anos	3,0%	9,34%

Nota: o valor da USC em 31/12/2012: R$ 263,83.

Este é o nosso parecer.

Vicente Aderson Paz Sales
Atuário - MIBA 1.155 - Responsável Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros do
Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS
Aracaju – SE

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS** em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Aracaju – SE, 22 de fevereiro de 2013.

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC–PE – 000680/O-0 – "S" – SE

Hugo Ferreira da Silva Júnior
Contador – CRC-PE – 0011620/O – "S" – SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ref. Demonstrações Contábeis do Exercício 2012

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea II do Artigo 56 do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17 do Anexo C – NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, o **Conselho Fiscal** do Instituto Banese de Seguridade Social – **SERGUS**, após examinar o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Liquido do Plano SERGUS, a Demonstração do Ativo Liquido do Plano SERGUS, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e do Plano SERGUS, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano SERGUS e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, consubstanciado pelo Parecer da Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, emitido em 06 de fevereiro de 2013, bem como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF – Auditores Independentes S/S, datado de 22 de fevereiro de 2013, **entende que as demonstrações contábeis retratam adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, em 31 de dezembro de 2012, os resultados de suas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação do CNPC e PREVIC, aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar, reunindo as condições necessárias para sua **aprovação por este Conselho Fiscal**, recomendando o devido encaminhamento desta documentação para apreciação do Conselho Deliberativo do SERGUS. Aracaju, 26 de março de 2013.

Juraci Aragão
Presidente

Maria Luiza dos Santos
Membro Efetivo

José Ribeiro Silva Júnior
Membro Efetivo

Adriana França Conserva Hide
Membro Suplente

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Assunto: Aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BANESE DE SEGURIDADE SOCIAL - SERGUS,** no cumprimento das disposições legais e estatutárias, em conformidade com a Alínea V do Art. 50, do Estatuto do SERGUS e consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17 do Anexo C - NORMAS GERAIS da Resolução do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, após proceder ao exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, da Demonstração da Mutação do Ativo Liquido do Plano SERGUS, da Demonstração do Ativo Liquido do Plano SERGUS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e do Plano SERGUS, da Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano SERGUS e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2012, consubstanciado pelo Parecer da Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, emitido em 06 de fevereiro de 2013, bem como, pelo Relatório dos Auditores Independentes, PHF - Auditores Independentes S/S, datado de 22 de fevereiro de 2013, e do Parecer do Conselho Fiscal emitido em 26 de março de 2013, **aprovou as Demonstrações Contábeis** do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, posicionado em 31 de dezembro de 2012 e determinou o encaminhamento à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC do Ministério da Previdência Social, em cumprimento às exigências legais. Determinou também, a devida ciência quanto à aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2012 às Patrocinadoras e Participantes do Plano SERGUS. Aracaju, 27 de março de 2013.

Roberto Simões Lessa
Presidente

Marilene Sousa de Cerqueira
Membro Efetivo

Ednilson Nunes Gois
Membro Suplente

Maria de Fátima Muritiba de Barros
Membro Suplente

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS 2012

Este relatório visa demonstrar aos participantes as assembleias gerais realizadas no exercício de 2012 do Banco do Estado de Sergipe, companhia na qual o Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS detém participação, conforme disposto no art. 5º da Resolução CNPC nº 02, de 03/03/2011.

O SERGUS tem participação nas Assembleias como acionista minoritário, sendo representado pelo seu Diretor Superintendente, Sr. Marcelo Carvalho Almeida de Aguiar.

AGO de 09/04/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2011.
2. Ratificar a distribuição aos acionistas de Juros sobre Capital Próprio e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada pelo Conselho de Administração, referente ao ano de 2011.
3. Ratificar a distribuição aos acionistas de Dividendos Intermediários, aprovada pelo Conselho de Administração, à conta de reserva para equalização de dividendos constituída no exercício de 2010.
4. Deliberar a distribuição aos acionistas de Dividendos Mínimos Obrigatórios, propostos pelos órgãos da administração, relativos ao exercício de 2011;
5. Deliberar a distribuição aos acionistas de Dividendos Adicionais, propostas pelos órgãos da administração, excedente ao mínimo obrigatório, referente ao lucro líquido do exercício de 2011;
6. Deliberar sobre a proposta de constituição de Reserva Estatutária para Margem Operacional e para Equalização de Dividendos, aprovada pelo Conselho de administração, referente aos saldos remanescentes do Lucro Líquido de 2011.
7. Ratificar o pagamento de participação nos lucros aos administradores, nos termos do art. 152, da Lei nº. 6.404/1976, considerando o resultado de 2011.
8. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
9. Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal com os respectivos suplentes, nos termos do artigo 161, da Lei nº. 6.404/1976.

II. Deliberações:

1. Aprovados, por unanimidade, os itens 1, 3 e 8.
2. Ratificado, por unanimidade, o item 2.
3. Referendadas, por unanimidade, as propostas e decisões do Conselho de Administração ocorridas na reunião de 27/02/2012, referentes aos itens 4, 5 e 6.
4. Ratificado, por unanimidade, o item 7.
5. No item 9, foram eleitos, por unanimidade, para compor o Conselho de Administração, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. JOÃO ANDRADE VIEIRA DA SILVA, Secretário de Estado da Fazenda; e SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO. Também foram eleitos, por unanimidade, representando o acionista controlador, os Srs.: JOSÉ DE OLIVEIRA JÚNIOR; MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN; JORGE SANTANA DE OLIVEIRA; e PEDRO MARCOS LOPES. Foi eleito, também, como representante dos acionistas minoritários, o Sr. MOACIR REZENDE. Foram eleitos pelo acionista controlador, para o provimento dos assentos que lhe são assegurados no Conselho Fiscal do BANESE como titular, o Sr. ADINELSON ALVES DA SILVA e, como seu suplente, o Sr. FÁBIO JOSÉ DA SILVA; como titular, o Sr. FERNANDO MONTEIRO MARCELINO e, como seu suplente, Sr. RICARDO DE OLIVEIRA NUNES; como titular o Sr. FERNANDO AKIRA OTA e, como seu suplente, o Sr. MARCOS SOUSA FERREIRA. Na qualidade de representante dos acionistas minoritários portadores de ações ordinárias nominativas, como titular, o Sr. MOACIR JOAQUIM DE SANTANA JÚNIOR e, como seu suplente, KÁCIO MANOEL CAMPOS DOS SANTOS; na qualidade de representante dos acionistas portadores de ações preferenciais nominativas, foram eleitos, como titular o Sr. FELIPE RODRIGUES CHAID e, como seu suplente, o Sr. LUÍZ DA SILVA LEÃO. Todos os membros eleitos para o Conselho Fiscal, titulares e suplentes, preenchem as condições previstas na Resolução 3.041/2002, emitida pelo Banco Central do Brasil, e terão mandato até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2013.

AGE de 09/04/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Alteração do Estatuto Social, conforme Edital de Convocação.

II. Deliberações:

1. Aprovado, por unanimidade, o item 1.

AGE de 21/05/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Deliberar sobre o aumento do Capital Social.
2. Alterar o caput do art. 7º do Estatuto Social.
3. Eleição de membros do Conselho de Administração do BANESE.

II. Deliberações:

1. Aprovados, por unanimidade, os itens 1 e 2.
2. No item 3, foi aprovada, por unanimidade, a eleição da Presidente do BANESE, a Srª **VERA LÚCIA DE OLIVEIRA**, como membro integrante do Conselho de Administração, na posição de Vice-Presidente, em conformidade com o art. 16, inciso II do Estatuto Social do Banco do Estado de Sergipe S.A.

AGE de 22/06/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Alteração do Estatuto Social.

II. Deliberações:

1. Aprovado, por unanimidade, o item 1.

AGE de 13/08/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Alteração do Estatuto Social, conforme Edital de Convocação.
2. Eleição de representante dos empregados do Banco para mandato de até 90 (noventa) dias, de modo que seja realizada nova eleição do representante dos empregados da ativa e dos aposentados, na forma preconizada pelo acordo judicial celebrado.

II. Deliberações:

1. Aprovado, por unanimidade, o item 1.
2. No item 2, foi eleito, por unanimidade, como representante do empregados do Banco, para um mandato temporário de até 90 dias, o Sr. LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO.

AGE de 17/12/2012

I. Pauta da Assembleia

1. Eleição de membro do Conselho de Administração do BANESE.

II. Deliberações:

1. No item 1, foi colocado em votação e eleito, como membro efetivo do Conselho de Administração, na qualidade de Representante dos Empregados do Banco, na forma prevista no Estatuto Social do Banco do Estado de Sergipe S.A., o Sr. **LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO**.

Sergus

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013 - PSB

Relatório Resumo - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2013

Plano de Beneficios: **Plano Sergus de Beneficio Definido nº 19.800.010-65**

Nº da ata de aprovação: - Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: 27/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Claudete Aparecida Lima de Vasconcelos
CPF: 001.328.358-86
Cargo: Diretora Administrativa-Financeira
Segmento: Plano de Beneficios
Periodo: 01/01/2013 a 31/12/2013

Tx minima atuarial (TMA): Taxa de juros: 5,00% a.a. Indexador: INPC

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	NÃO		
Observação:	O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira através do sistema de risco Duxus.		
	O SERGUS entende que, para plano como o PGA, não se aplica estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM, dada a inexistência de passivo atuarial.		

Alocação de recursos

Periodo de referência: 01/2013 à 12/2013

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	25,00%	100,00%	55,00%
Segmento Renda Variável	5,00%	25,00%	20,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	20,00%	15,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	1,00%
Segmento de Imóveis	2,00%	6,00%	6,00%
Segmento Operações com Participantes	1,00%	15,00%	3,00%
A EFPC observa os principios de responsabilidade socioambiental:	NÃO		
Utiliza Derivativos:	SIM		
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:	SIM		
Existência de sistemas de controles internos:	SIM		
O plano possui Perfis de Investimentos:	NÃO		

Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

Cenário	Curto Prazo - 2012			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2013	2014	2015
Probabilidade (%)	15,00	65,00	20,00	-	-	-
PIB (%)	3,30	2,90	2,30	4,00	4,50	4,90
IPCA (%)	4,70	5,40	5,60	4,70	4,40	3,90
INPC (%)	4,60	5,30	5,60	4,60	4,40	3,90
IGP-M (%)	5,00	5,50	5,80	4,80	4,60	4,00
SELIC %a.a. (fim do ano)	7,00	7,25	9,50	8,50	7,50	7,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	7,20	7,25	8,00	9,00	8,25	8,00
Juros reais (SELIC/IPCA,fim do ano)	2,20	1,76	3,69	3,63	2,97	2,98
IMA-Geral ex-C (%)	11,25	12,00	13,50	10,50	10,00	9,50
IHFA (%)	13,00	11,40	10,50	12,2 à 13,4	12,6 à 14,7	13 à 15,5
Dívida líquida/PIB (%)	34,50	35,00	35,70	34,00	33,00	32,50
US$ /R$ (fim do ano)	2,02	2,12	2,18	2,10	2,05	2,00
Saldo B.Comercial (US$ bi)	20,00	18,00	16,00	20,00	23,00	25,00
Transações Correntes (% PIB)	-2,00	-2,20	-2,40	-2,40	-2,00	-1,80
Ibovespa (%)	14,00	10,00	5,00	8 à16	10 à 18	12 à 22
IBrX (%)	18,00	12,00	6,00	10 à 15	12 à 17	15 à 21

Observações e Justificativas

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2013) são: 15% Otimista, 65% Base e 20% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 6% à 15% para PJ financeiras e de 5% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	15,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referênciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
Observação:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		

Concentração por Emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00%	10,00%	
Concentração por Investimentos			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

Rentabilidade(%)				
Plano/Segmento	2011	2012	2013	Não Aplica
Plano	30,26%	6,84%	11,68%	
Renda Fixa	13,88%	6,93%	11,10%	
Renda Variável	-1,36%	7,10%	13,74%	
Investimentos Estruturados	14,04%	5,45%	11,31%	
Investimentos no Exterior	------	------	------	X
Imóveis	353,59%	1,71%	10,57%	
Operações com Participantes	19,13%	8,78%	12,68%	
Observação:	A Entidade adotará para 2013, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PSB. A rentabilidade 2012 é relativa ao 1º semestre 2012.			

Esclarecimentos Adicionais

A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos		
Segmentos	Indexador	
	Participação	Índice
Renda Fixa	105,00%	INPC + 5,00% ao ano*
Renda Variável	130,00%	INPC + 5,00% ao ano*
Investimentos Estruturados	107,00%	INPC + 5,00% ao ano*
Investimentos no Exterior	106,00%	INPC + 5,00% ao ano*
Imóveis	100,00%	INPC + 5,00% ao ano*
Operações com Participantes	120,00%	INPC + 5,00% ao ano*

*Meta Atuarial

Sergus

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2013 - PGA

Relatório Resumo - Política de Investimentos - Instituto Banese de Seguridade Social
Aprovada para o exercício de 2013

Plano de Benefícios: **Plano de Gestão Administrativa - PGA nº 99.700.000-00**

Nº da ata de aprovação: - Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 21/12/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ: Claudete Aparecida Lima de Vasconcelos
CPF: 001.328.358-86
Cargo: Diretora Administrativa-Financeira
Segmento: Plano de Benefícios
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Índice de Referência

Partic	Plano/Segmento	Indexador	Indexadores	Taxa de Juros aa
100,00%	Renda Fixa	101,00%	CDI/DI-CETIP	-

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros:	SIM	Dispõe de Manual:	SIM
Possui modelo proprietário de risco:	SIM	Dispõe de Manual:	NÃO
Realiza estudos de ALM:	NÃO		
Observação:	O apreçamento de ativos financeiros é realizado pela consultoria financeira através do sistema de risco Duxus.		
	O SERGUS entende que, para plano como o PGA, não se aplica estudo integrado de ativo e passivo, também conhecido como ALM, dada a inexistência de passivo atuarial.		

Alocação de recursos

Período de referência: 01/2013 à 12/2013

Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Segmento Renda Fixa	75,00%	100,00%	100,00%
Segmento Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental:	NÃO		
Utiliza Derivativos:	SIM		
Avaliação prévia dos riscos envolvidos:	SIM		
Existência de sistemas de controles internos:	SIM		
O plano possui Perfis de Investimentos:	NÃO		

Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

Cenário	Curto Prazo - 2013			Médio Prazo		Longo Prazo
	Otimista	Base	Pessimista	2014	2015	2016
Probabilidade (%)	15,00	65,00	20,00	-	-	-
PIB (%)	3,30	2,90	2,30	4,00	4,50	4,90
IPCA (%)	4,70	5,40	5,60	4,70	4,40	3,90
INPC (%)	4,60	5,30	5,60	4,60	4,40	3,90
IGP-M (%)	5,00	5,50	5,80	4,80	4,60	4,00
SELIC %a.a. (fim do ano)	7,00	7,25	9,50	8,50	7,50	7,00
SELIC/CDI %a.a. (média anual)	7,20	7,25	8,00	9,00	8,25	8,00
Juros reais (SELIC/IPCA,fim do ano)	2,20	1,76	3,69	3,63	2,97	2,98
IMA-Geral ex-C (%)	11,25	12,00	13,50	10,50	10,00	9,50
IHFA (%)	13,00	11,40	10,50	12,2 à 13,4	12,6 à 14,7	13 à 15,5
Dívida líquida/PIB (%)	34,50	35,00	35,70	34,00	33,00	32,50
US$ /R$ (fim do ano)	2,02	2,12	2,18	2,10	2,05	2,00
Saldo B.Comercial (US$ bi)	20,00	18,00	16,00	20,00	23,00	25,00
Transações Correntes (% PIB)	-2,00	-2,20	-2,40	-2,40	-2,00	-1,80
Ibovespa (%)	14,00	10,00	5,00	8 à16	10 à 18	12 à 22
IBrX (%)	18,00	12,00	6,00	10 à 15	12 à 17	15 à 21

Observações

As probabilidades de ocorrência para cada cenário macroeconômico de curto prazo (2013) são: 15% Otimista, 65% Base e 20% Pessimista. O limite máximo para diversificação em pessoas jurídicas e conglomerados é de 6% à 15% para PJ financeiras e de 5% à 10% para PJ não financeiras, de acordo com a escala de rating considerada pela Entidade conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%	
Instituição Financeira	0,00%	15,00%	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%	
Organismo Multilateral	0,00%	10,00%	
Companhia Securitizadora	0,00%	10,00%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%	
FIDC/FICFIDC	0,00%	10,00%	
Fundos de Índice Referênciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	10,00%	
FI/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	
Observação:	O percentual de participação em Instituição Financeira e Companhia Aberta com Registro na CVM, será de acordo com a escala de rating adotada pela Entidade, conforme descrito no texto integral da sua Política de Investimentos.		

Concentração por Emissor			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00%	10,00%	
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00%	10,00%	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00%	10,00%	
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	25,00%	
% do PL de FI classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	25,00%	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00%	10,00%	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Finduciário	0,00%	10,00%	
Concentração por Investimentos			
Emissor	Mínimo	Máximo	Não Aplica
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00%	25,00%	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00%	25,00%	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00%	25,00%	

Rentabilidade(%)				
Plano/Segmento	2011	2012	2013	Não Aplica
Plano	9,87%	3,32%	7,32%	
Renda Fixa	9,87%	3,32%	7,32%	
Renda Variável	------	------	------	X
Investimentos Estruturados	------	------	------	X
Investimentos no Exterior	------	------	------	X
Imóveis	------	------	------	X
Operações com Participantes	------	------	------	X
Observação:	A Entidade adotará para 2013, o método de cotização adaptada, para a apuração e divulgação da rentabilidade do PGA A rentabilidade 2012 é relativa ao 1º semestre 2012.			

Esclarecimentos Adicionais

A Entidade adota critérios de avaliação de risco de crédito baseados na classificação de risco (rating) para emissores privados de títulos de dívida. Com base na nota obtida para o rating, são determinados limites de diversificação complementares.

Meta de Rentabilidade dos Segmentos estão descritas no ÍNDICE DE REFERÊNCIA		
Segmentos	Indexador	
	Participação	Índice
Renda Variável	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Investimentos Estruturados	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Investimentos no Exterior	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Imóveis	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	
Operações com Participantes	não haverá alocação, e assim, não haverá meta	

DESTAQUES DE 2012

DIRETORIA DO SERGUS EMPOSSA NOVOS MEMBROS DOS CONSELHOS: DELIBERATIVO E FISCAL

No dia 18/12/2012, em reunião conjunta dos Conselhos Deliberativo e Fiscal foram empossados os novos conselheiros do SERGUS para cumprirem mandato no quadriênio 2012-2016.
Tomaram posse para o Conselho Deliberativo: Soraia Tathiana Bastos Vieira (titular) e Maria de Fátima Muritiba de Barros (suplente), ambas indicadas pela patrocinadora BANESE; Milson Rosa Filho (titular) e Ednilson Nunes Gois (suplente), ambos eleitos pelos participantes. E para o Conselho Fiscal: Maria Luiza dos Santos (titular) e Luiz Carlos Menezes de Santana (suplente), ambos indicados pela patrocinadora BANESE; José Ribeiro da Silva Júnior (titular) e Weber Dantas Silva (suplente), ambos eleitos pelos participantes.

DESTA FORMA, OS CONSELHOS FICARAM ASSIM COMPOSTOS:

DELIBERATIVO:
Roberto Simões Lessa - Presidente
Soraia Tathiana Bastos Vieira - Titular
Marilene Sousa de Cerqueira - Titular
Milson Rosa Filho - Titular
Helom Oliveira da Silva - Suplente
Maria de Fátima Muritiba de Barros - Suplente
Ivânia Pereira da Silva - Suplente
Ednilson Nunes Gois - Suplente

FISCAL:
Juraci Aragão - Presidente
Marcelo Antônio da Silva - Titular
Maria Luiza dos Santos - Titular
José Ribeiro da Silva Júnior - Titular
Maria Claudineide de V. Belém - Suplente
Adriana França Conserva Hide - Suplente
Luiz Carlos Menezes de Santana - Suplente
Weber Dantas Silva - Suplente

ELEIÇÃO DA DIRETORIA DE SEGURIDADE

Foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e enviada para a PREVIC a proposta de alteração do estatuto social do SERGUS, com vistas à eleição para Diretoria de Seguridade.

CERTIFICAÇÃO DE DIRIGENTES

Dando continuidade ao processo de Certificação de Dirigentes, em cumprimento à Resolução CMN nº 3792, em 2012, o SERGUS promoveu a certificação de três conselheiros: Roberto Simões Lessa, Milson Rosa Filho e Augusto Cezar Barbosa Santos, além do contador e membro do Comitê de Investimentos do SERGUS, José Carlos Pereira da Silva. Todos foram certificados pelo modelo de comprovação por experiência, através do ICSS – Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social. Em 2013 deverão ser certificados por este mesmo modelo os demais conselheiros.

MELHORIAS OPERACIONAIS

O SERGUS, objetivando melhorias nos seus controles operacionais, iniciou em agosto/2012, o processo de implantação de sistemas Contábil, Financeiro e Ativo Fixo (controle de bens patrimoniais), contratados junto a Atena Soluções Ltda.

SERGUSPREV

O novo Plano de Benefícios a ser administrado pelo SERGUS já tem nome – **SERGUSPREV**. A sua modalidade será de Contribuição Variável (CV) e de Contribuição Definida (CD).
O Plano de Contribuição Variável (CV) é um plano misto que combina duas modalidades: Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).
A Contribuição Definida proporciona ao participante, por acumulação de contribuições, um montante de dinheiro que no momento da aposentadoria se transformará em benefício calculado, segundo as regras estabelecidas no Regulamento do Plano. O Benefício Definido, modalidade do atual Plano SERGUS de Benefícios, atende cada participante ao se aposentar com um benefício pré-determinado no Regulamento do Plano.

O **SERGUSPREV** destina-se aos novos empregados das patrocinadoras e atuais participantes que optarem por sua migração.

Eventos Sociais

Nove anos - essa é a idade do **Encontro dos Assistidos e Pré-Aposentados do SERGUS**, aconteceu em 14/06/2012, mas toda edição ao longo desse tempo está longe da monotonia e é isso que mantém cativa a participação cada vez maior de seus participantes. São momentos de muita alegria e descontração, onde todos têm a oportunidade de desfrutar, ao lado de familiares e amigos de agradáveis momentos de congraçamento. O mês de junho foi uma escolha intencional, pois é nesse mês que o SERGUS comemora a sua existência.

Oito anos - essa é a idade da **Caminhada dos Assistidos e Pré-Aposentados do SERGUS**, cuja oitava edição aconteceu em 08/12/2012. O prazer, a alegria e a satisfação são os sentimentos que fazem com que esse evento se realize num clima de paz e descontração. Da mesma forma que o Encontro, o mês de dezembro foi uma escolha intencional, pela proximidade do natal e é nesse espírito que todos se confraternizam.

O efetivo comparecimento e envolvimento dos participantes nos dois eventos expressam o sucesso alcançado deixando em todos, a certeza que vale a pena a manutenção desse PROGRAMA SOCIAL, que busca a integração e o congraçamento entre seus participantes, razão maior da existência do SERGUS.